# Imposto Indireto ONESOURCE

## Atualização do Conteúdo Internacional de Novembro

**Data de Emissão: 29 de outubro de 2026**

**Atualização nº 2**

# SOBRE ESTA ATUALIZAÇÃO

A Atualização de Conteúdo #2 de Novembro para ONESOURCE Indirect Tax Determination contém atualizações para o Conteúdo Internacional. Os detalhes relacionados a essas atualizações, estão incluídos no Relatório de Alterações da Atualização de Conteúdo #2 de Novembro. Este Relatório de Alterações contém todas as alterações no Conteúdo Padrão incluídas nas versões 2026.11.2.G/G e 2026.11.2.G/G.2. As versões 5.5.0.0 e superiores são suportadas por esta atualização.

## Nota importante sobre versões de atualização de conteúdo

No Determination 5.7.0.0, a Thomson Reuters adicionou tabelas e colunas ao banco de dados de conteúdo fiscal para dar suporte à funcionalidade de Conformidade e Cobrança Alocada.

Os dados de conteúdo tributário criados para esses recursos não estão disponíveis nas versões 5.7.0.3 e anteriores do Determination. Portanto, a Thomson Reuters decidiu produzir duas versões do conteúdo tributário. A versão da Atualização de Conteúdo que você baixa e importa para o seu sistema depende da versão do Determination que você já instalou.

- Se você estiver usando o Determination 5.7.0.3 ou anterior, deve usar o conteúdo fiscal da Compatibilidade Versão G.
- Se você estiver rodando o Determination 5.8.0.0 ou posterior, deve usar o conteúdo fiscal da Compatibilidade Versão G.2.
- Para mais informações sobre como acessar e instalar o conteúdo correto, veja **Aplicando a Atualização de Conteúdo** ao final desta carta.


SOBRE ESTA ATUALIZAÇÃO ..... 1
ATUALIZAÇÕES DE CONTEÚDO ..... 2
Atualizações de Autoridade ..... 2
Máscaras de Registro ..... 8
ATUALIZAÇÕES GLOBAIS ..... 9
NOTIFICAÇÕES ..... 11
APLICANDO A ATUALIZAÇÃO DE CONTEÚDO ..... 19
Baixando a Atualização ..... 19
Instalando a Atualização ..... 20

# ATUALIZAÇÕES DE CONTEÚDO

## Atualizações de Autoridade

### Brasil

Siga as mudanças destacadas abaixo**:**

**Nível estadual**

Atualizamos o tratamento de substituição tributária do ICMS para que não se aplique mais às operações envolvendo água mineral ou potável, gaseificada ou não, envasada em recipientes descartáveis com capacidade inferior a 10 litros, quando o Estado de Alagoas for a origem ou o destino da operação, com efeito a partir de 1º de novembro de 2026. Essa mudança incorpora o Protocolo ICMS nº 120/2026, publicado pelo Despacho nº 43/2026 do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que alterou o Protocolo ICMS nº 11/1991, e se aplica aos produtos classificados nos códigos NCM 2201.10.00 e na posição 2201, bem como aos códigos CEST aplicáveis - 03.003.00, 03.003.01, 03.005.00 a 03.005.05 e 03.006.00.

Atualizamos o tratamento de substituição tributária do ICMS no Espírito Santo para que não se aplique mais aos produtos de vidro afetados, classificados nos CEST 10.033.00, 10.034.00, 10.035.00, 10.036.00, 10.037.00, 10.038.00 e 10.080.00, bem como aos sorvetes de qualquer tipo classificados no CEST 23.001.00/NCM 2105.00 e às preparações para fabricação de sorvete em máquinas classificadas no CEST 23.002.00/NCM 1806, 1901, 2106 e 0404, com vigência a partir de 1º de novembro de 2026. Essa mudança incorpora a Portaria SEFAZ/ES nº 81-R/2026, que alterou o Anexo da Portaria nº 16-R/2019, revogando os subitens 24 a 30 do item XXI, "Materiais de

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Construção e Produtos Relacionados", e o item XXV, "Picolés, Sorvetes e Preparações para Fabricação de Sorvete em Máquinas."

**Reforma Tributária**

Criamos a autoridade IBS-Municipal Nacional *(Brazil IBS-City National)* com o tratamento de taxa zero aplicável e a taxa básica do IBS-Municipal de 0,05%, com vigência de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2028.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para aplicar a redução de 100% aos dispositivos médicos abrangidos pelo item I do Artigo 144 da Lei Complementar nº 214/2025, conforme o item I do Artigo 220 da Resolução CGIBS nº 6/2026, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2027.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para aplicar a redução de 100% da taxa IBS aos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ferrovia e via navegável de natureza urbana, semiurbana ou metropolitana, conforme o item I do Artigo 285 da Lei Complementar nº 214/2025 e o item II do Artigo 416 da Resolução CGIBS nº 6/2026, com efeito em 1º de janeiro de 2027.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para aplicar a redução de 100% aos dispositivos de acessibilidade especificamente projetados para pessoas com deficiência, abrangidos pelo Artigo 145 da Lei Complementar nº 214/2025, conforme o Artigo 221 da Resolução CGIBS nº 6/2026, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2027.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para aplicar a redução de 60% aos serviços educacionais listados no Artigo 129 e no Anexo II da Lei Complementar nº 214/2025, conforme o Artigo 204 da Resolução nº 6/2026 do Comitê de Gestão do IBS (CGIBS), com efeito a partir de 1º de janeiro de 2027.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para aplicar a redução de 60% da taxa às composições nutricionais enterais ou parenterais, às composições especiais e às fórmulas nutricionais destinadas a pessoas com erros congênitos do metabolismo,

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Atualizações de conteúdo são necessárias para manter sua Determinação atualizada com as regras e alíquotas mais recentes e garantir cálculos corretos de impostos. Para informações completas sobre como baixar e instalar atualizações, consulte a Ajuda Online para Determinação de Imposto Indireto da ONESOURCE.

Para mais assistência, utilize nossos recursos online ou entre em contato com o Suporte ao Cliente abrindo uma solicitação de suporte pelo Centro de Atendimento ao Cliente da ONESOURCE, ou ligue para +1 312 479 9651 Opção 3,9,3.

abrangidas pelo Artigo 133 e pelo Anexo VI da Lei Complementar nº 214/2025, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2027.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para aplicar a redução de 60% da taxa do IBS aos medicamentos registrados na Anvisa ou produzidos por farmácias de manipulação, exceto os medicamentos sujeitos ao tratamento de taxa zero previsto no Artigo 146, e às composições nutricionais enterais e parenterais qualificadas, composições especiais e fórmulas nutricionais destinadas a pessoas com erros congênitos do metabolismo listados no Anexo VI, conforme o Artigo 133 da Lei Complementar nº 214/2025, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2027.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para aplicar a redução de 60% da taxa aos suprimentos agrícolas abrangidos pelo Artigo 138 e Anexo IX da Lei Complementar nº 214/2025, conforme regulado para o IBS pelo Artigo 213 da Resolução CGIBS nº 6/2026, com efeito em 1º de janeiro de 2027.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para aplicar a redução de 60% da taxa do IBS a planos de assistência à saúde qualificados, de acordo com o Artigo 237 da Lei Complementar nº 214/2025 e o Artigo 336 da Resolução CGIBS nº 6/2026, com efeito em 1º de janeiro de 2027.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para aplicar a redução de 60% na taxa do IBS aos serviços educacionais qualificados prestados sob a condição de uso final do PROUNI, conforme o Artigo 129 e o Anexo II da Lei Complementar nº 214/2025 e o Artigo 204 da Resolução CGIBS nº 6/2026, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2027.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para aplicar a redução de 60% às atividades esportivas qualificadas sob o item I do Artigo 141 da Lei Complementar nº 214/2025, conforme regulado pelo item I do Artigo 217 da Resolução CGIBS nº 6/2026, com efeito em 1º de janeiro de 2027.

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Atualizações de conteúdo são necessárias para manter sua Determinação atualizada com as regras e alíquotas mais recentes e garantir cálculos corretos de impostos. Para informações completas sobre como baixar e instalar atualizações, consulte a Ajuda Online para Determinação de Imposto Indireto da ONESOURCE.

Para mais assistência, utilize nossos recursos online ou entre em contato com o Suporte ao Cliente abrindo uma solicitação de suporte pelo Centro de Atendimento ao Cliente da ONESOURCE, ou ligue para +1 312 479 9651 Opção 3,9,3.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para aplicar a redução de 60% na tarifa aos serviços elegíveis listados no Artigo 240 da Lei Complementar nº 214/2025, conforme regulado pelo Artigo 340 da Resolução CGIBS nº 6/2026, com efeito em 1º de janeiro de 2027.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para aplicar uma redução de 40% na tarifa dos serviços regionais de transporte aéreo coletivo para passageiros ou cargas, conforme o Artigo 287 da Lei Complementar nº 214/2025 e o Artigo 416 da Resolução CGIBS nº 6/2026, com efeito em 1º de janeiro de 2027.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para aplicar a redução de 40% na taxa de serviços de hotéis, parques de diversões e parques temáticos sob o Artigo 281 da Lei Complementar nº 214/2025 e o Artigo 405 da Resolução CGIBS nº 6/2026, com efeito em 1º de janeiro de 2027.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para aplicar a redução de 30% na taxa do IBS aos serviços qualificados prestados por profissionais que exercem atividades intelectuais de natureza científica, literária ou artística e que estão sujeitos à fiscalização de conselho profissional, nos termos do Artigo 127 da Lei Complementar nº 214/2025 e do Artigo 202 da Resolução CGIBS nº 6/2026, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2027.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para aplicar a redução de 30% na taxa nacional uniforme aplicável aos planos de assistência à saúde qualificados para animais domésticos, sob o Artigo 243 da Lei Complementar nº 214/2025 e o Artigo 346 da Resolução CGIBS nº 6/2026, com efeito em 1º de janeiro de 2027.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para implementar o tratamento IBS de taxa zero para serviços qualificados de pesquisa e desenvolvimento fornecidos por instituições científicas, tecnológicas e de inovação sem fins lucrativos e fundações de apoio credenciadas, conforme o Artigo 156 da Lei Complementar nº 214/2025 e o Artigo 232 da Resolução CGIBS nº 6/2026, com efeito em 1º de janeiro de 2027.

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Atualizações de conteúdo são necessárias para manter sua Determinação atualizada com as regras e alíquotas mais recentes e garantir cálculos corretos de impostos. Para informações completas sobre como baixar e instalar atualizações, consulte a Ajuda Online para Determinação de Imposto Indireto da ONESOURCE.

Para mais assistência, utilize nossos recursos online ou entre em contato com o Suporte ao Cliente abrindo uma solicitação de suporte pelo Centro de Atendimento ao Cliente da ONESOURCE, ou ligue para +1 312 479 9651 Opção 3,9,3.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para aplicar o tratamento de taxa zero a transações qualificadas envolvendo bens tangíveis industrializados originados fora de uma Área de Livre Comércio e entregues a um contribuinte elegível estabelecido dentro de uma Área de Livre Comércio, conforme o Artigo 463 da Lei Complementar nº 214/2025 e o Artigo 527 da Resolução CGIBS nº 6/2026, com efeito em 1º de janeiro de 2027.

Criamos as regras do Brasil IBS-Estadual *(Brazil IBS)* para aplicar o tratamento de taxa zero a medicamentos e linhas de cuidado em emergências públicas reconhecidas, conforme o Artigo 146, parágrafo 4, da Lei Complementar nº 214/2025, conforme alterado pela Lei Complementar nº 227/2026, e o Artigo 222, parágrafo 4, da Resolução CGIBS nº 6/2026, com efeito em 1º de janeiro de 2027.

Criamos regras de isenção genéricas para as autoridades do Brasil CBS e IBS-Estado, com efeito em 1º de janeiro de 2027.

## Ilhas Canárias

Prorrogamos a alíquota temporária de 0% do IGIC sobre produtos derivados de petróleo e do refino de petróleo, incluindo produtos misturados com biocombustíveis, bem como gás, briquetes e pellets de biomassa e lenha, até 30 de novembro de 2026, nos termos do Decreto-Lei 6/2026, de 28 de setembro de 2026. A alíquota pode continuar sendo aplicada em dezembro, sujeita à condição de IPC aplicável.

## Chile e Colômbia

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Atualizações de conteúdo são necessárias para manter sua Determinação atualizada com as regras e alíquotas mais recentes e garantir cálculos corretos de impostos. Para informações completas sobre como baixar e instalar atualizações, consulte a Ajuda Online para Determinação de Imposto Indireto da ONESOURCE.

Para mais assistência, utilize nossos recursos online ou entre em contato com o Suporte ao Cliente abrindo uma solicitação de suporte pelo Centro de Atendimento ao Cliente da ONESOURCE, ou ligue para +1 312 479 9651 Opção 3,9,3.

Atualizamos os Números de Ordem de Regra de determinadas regras de tributação existentes que se aplicam a todas as mercadorias (regras genéricas) nas autoridades do Chile e da Colômbia. O objetivo desse ajuste foi padronizar a estrutura de conteúdo e apoiar a expansão futura no âmbito do Grupo Global de Produtos (GPG).

Anteriormente, os Números de Ordem de Regra não ultrapassavam 10.000. As regras afetadas nas autoridades do Chile e da Colômbia receberam Números de Ordem de Regra 30.000 unidades maiores do que seus valores anteriores. Por exemplo, um Número de Ordem de Regra de 9.980 foi alterado para 39.980. Como resultado, os Números de Ordem de Regra dessas regras podem agora chegar a 40.000.

Clientes com configurações personalizadas que interajam ou dependam das regras abrangentes afetadas ou de seus Números de Ordem de Regra devem revisar suas configurações e os resultados esperados do cálculo de impostos.

## Quênia

Prorrogamos a alíquota reduzida temporária de 8% do IVA sobre gasolina, querosene e diesel por mais 90 dias, de 15 de outubro de 2026 a 12 de janeiro de 2027, nos termos da Lei de Emenda das Leis Tributárias de 2026.

## Suécia

Atualizamos as tarifas da Swedish Private Copy Levy (PCL) para set-top boxes, pen drives USB e discos rígidos internos e externos, a fim de refletir as tarifas revisadas com base na capacidade, os limites máximos de taxas e as tarifas fixas por unidade, com efeito a partir de 1º de novembro de 2026.

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Atualizações de conteúdo são necessárias para manter sua Determinação atualizada com as regras e alíquotas mais recentes e garantir cálculos corretos de impostos. Para informações completas sobre como baixar e instalar atualizações, consulte a Ajuda Online para Determinação de Imposto Indireto da ONESOURCE.

Para mais assistência, utilize nossos recursos online ou entre em contato com o Suporte ao Cliente abrindo uma solicitação de suporte pelo Centro de Atendimento ao Cliente da ONESOURCE, ou ligue para +1 312 479 9651 Opção 3,9,3.

# Máscaras de Registro

Um documento descrevendo máscaras de registro está disponível na seção de Ajuda e Suporte da ONESOURCE e está vinculado à ajuda online. Este documento descreve e fornece exemplos de todas as máscaras de registro atualmente suportadas na Determinação da ONESOURCE, e está disponível fazendo login e pesquisando no seguinte link:

Máscaras de Registro de Determinação

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Atualizações de conteúdo são necessárias para manter sua Determinação atualizada com as regras e alíquotas mais recentes e garantir cálculos corretos de impostos. Para informações completas sobre como baixar e instalar atualizações, consulte a Ajuda Online para Determinação de Imposto Indireto da ONESOURCE.

Para mais assistência, utilize nossos recursos online ou entre em contato com o Suporte ao Cliente abrindo uma solicitação de suporte pelo Centro de Atendimento ao Cliente da ONESOURCE, ou ligue para +1 312 479 9651 Opção 3,9,3.

# ATUALIZAÇÕES GLOBAIS

## Grupo Global de Produtos

Como parte do nosso desenvolvimento contínuo do Global Product Group (GPG), criamos 1.088 novas commodities abrangendo óleos lubrificantes, produtos corrosivos, suprimentos médicos, calçados e bebidas.

Além disso, nossos produtos GPG serão suportados por Atributos de Categoria de Produto (PCA). Os PCAs permitem que os clientes usem uma referência alternativa de código de mercadoria para ativar o conteúdo global. Os produtos GPG podem ser referenciados pelos clientes por meio de um Código de Produto mapeado (configurado como um Mapeamento Padrão), por referência direta ao código de mercadoria desse produto GPG ou pelo código de mercadoria PCA. No momento, os PCAs estão sendo adicionados apenas aos produtos GPG que estejam diretamente relacionados a um Código de Mercadoria dos EUA existente. Esses PCAs serão exibidos nos produtos GPG como atributos UNSPSC.

Os lançamentos futuros continuarão expandindo nossa oferta global ao adicionar conteúdo adicional. Por favor, fique atento às notas de lançamento ao longo de 2026 e além.

## Canadá

Complementamos o conteúdo com tributação para várias categorias de produtos, incluindo óleos lubrificantes, produtos corrosivos, equipamentos médicos, calçados e bebidas.

À medida que o GPG continua evoluindo, esse conteúdo ainda está sendo desenvolvido e será expandido nas próximas versões, incluindo cobertura adicional para suprimentos médicos.

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Atualizações de conteúdo são necessárias para manter sua Determinação atualizada com as regras e alíquotas mais recentes e garantir cálculos corretos de impostos. Para informações completas sobre como baixar e instalar atualizações, consulte a Ajuda Online para Determinação de Imposto Indireto da ONESOURCE.

Para mais assistência, utilize nossos recursos online ou entre em contato com o Suporte ao Cliente abrindo uma solicitação de suporte pelo Centro de Atendimento ao Cliente da ONESOURCE, ou ligue para +1 312 479 9651 Opção 3,9,3.

## Chile

Esta atualização introduz cobertura tributária para a autoridade do Global Product Group no Chile. As regras de tributação entrarão em vigor em 1º de novembro de 2026.

## Estados Unidos

O Grupo Global de Produtos já está ativo e disponível para uso em todas as jurisdições dos EUA. Como parte do nosso processo padrão de revisão e atualização de conteúdo, continuaremos a avaliar e aprimorar essa cobertura de acordo com as exigências regulatórias em evolução. Para detalhes sobre essas atualizações, consulte o Relatório de Mudanças Globais.

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Atualizações de conteúdo são necessárias para manter sua Determinação atualizada com as regras e alíquotas mais recentes e garantir cálculos corretos de impostos. Para informações completas sobre como baixar e instalar atualizações, consulte a Ajuda Online para Determinação de Imposto Indireto da ONESOURCE.

Para mais assistência, utilize nossos recursos online ou entre em contato com o Suporte ao Cliente abrindo uma solicitação de suporte pelo Centro de Atendimento ao Cliente da ONESOURCE, ou ligue para +1 312 479 9651 Opção 3,9,3.

# NOTIFICAÇÕES

## Brasil

Novas regras brasileiras para bens e serviços serão introduzidas para apoiar tanto o Grupo de Produtos do Brasil quanto o novo Grupo Global de Produtos. Essas regras usarão uma nova faixa de Número de Ordem de Regra (30.000–40.000), e as regras existentes serão progressivamente alinhadas a essa estrutura de numeração em futuras atualizações de conteúdo. Essa mudança afeta todos os clientes que utilizam o conteúdo do Brasil, independentemente de o Grupo Global de Produtos estar habilitado ou não. Nenhuma ação do cliente é necessária.

Para 2026, a Thomson Reuters expandiu sua cobertura tributária municipal para 1.707 municípios brasileiros, oferecendo suporte jurisdicional mais amplo para a determinação do IBS-Municipal. O Modelo *(Template Brazil IBS-City)* também permanece disponível para os clientes que precisam criar uma autoridade IBS-Municiapal personalizada. As orientações detalhadas de implementação e as instruções passo a passo estão disponíveis no Guia de Reforma Tributária – acesse o link: Brazil Tax Content Documentation.

À medida que a transição do IBS avança, as autoridades IBS-Municipal *(Brazil IBS-City)* específicas que atendem a esses 1.707 municípios serão gradualmente descontinuadas. Nos próximos lançamentos, a Thomson Reuters introduzirá uma única autoridade nacional genérica Brasil IBS-Municipal *(Brazil IBS-City National)* para dar suporte ao tratamento transitório do IBS aplicável a 2027 e 2028, correspondentes ao segundo e ao terceiro anos do período de transição. Essa abordagem substituirá as autoridades específicas por município por um modelo centralizado para esses anos de transição.

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

A equipe de Pesquisa Tributária da Thomson Reuters tem monitorado continuamente as prorrogações dos incentivos fiscais nos diversos estados brasileiros. Em certos casos, embora as Assembleias Legislativas Estaduais ratifiquem Convênios ICMS e manifestem seu apoio às prorrogações, a implementação efetiva dessas medidas depende da edição de um ato formal pelo respectivo Poder Executivo Estadual. A equipe continua acompanhando de perto os desenvolvimentos regulatórios em todas as unidades federativas, que devem se intensificar ao longo do processo de transição da reforma tributária.

As regras do ICMS que atualmente aplicam redução da base de cálculo conforme os Convênios ICMS 34/06 e 06/09 serão atualizadas nos próximos lançamentos para incorporar a data de término de vigência em 31 de dezembro de 2026. A redução baseia-se na exclusão das contribuições do PIS e da COFINS da base de cálculo do ICMS nas operações com produtos regidos pela Lei nº 10.147/2000.

A partir de 1º de janeiro de 2027, clientes que, com base em sua própria interpretação legal, avaliação de riscos ou compreensão da legislação estadual aplicável, determinarem que o benefício fiscal do ICMS deve continuar sendo aplicado são aconselhados a implementar regras personalizadas alinhadas com seus produtos e requisitos empresariais específicos.

Estamos disponibilizando uma lista atualizada de códigos fiscais e qualificadores para o conteúdo de retenção fiscal federal chamada "Lista de Qualificadores e Guias de Códigos Tributários do Brasil", que pode ser consultada no seguinte link: Documentação de Conteúdo Fiscal do Brasil.

Como o PIS e a COFINS serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir de 1º de janeiro de 2027, a metodologia subjacente ao Convênio ICMS 34/06 deixará de ter base legal. Consequentemente, as regras ativas que atualmente utilizam os percentuais de redução correspondentes serão descontinuadas.

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Atualizações de conteúdo são necessárias para manter sua Determinação atualizada com as regras e alíquotas mais recentes e garantir cálculos corretos de impostos. Para informações completas sobre como baixar e instalar atualizações, consulte a Ajuda Online para Determinação de Imposto Indireto da ONESOURCE.

Para mais assistência, utilize nossos recursos online ou entre em contato com o Suporte ao Cliente abrindo uma solicitação de suporte pelo Centro de Atendimento ao Cliente da ONESOURCE, ou ligue para +1 312 479 9651 Opção 3,9,3.

## Reforma Tributária do Brasil

A Reforma Tributária no Brasil foi aprovada originalmente por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 45/2019), resultando na Emenda Constitucional 132/2023. A aprovação da reforma tributária representa uma mudança monumental no Sistema Brasileiro de Imposto Indireto, concluindo um debate interno que durou várias décadas.

A Lei Complementar 214/25, conforme promulgada, permanece quase totalmente consistente com o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24 original. Essa Lei Complementar estabelece a base para os novos tributos e também introduz regulamentos relativos à redução das alíquotas, regimes tributários específicos para vários setores e alguns métodos de pagamento de tributos, entre outras disposições.

As mudanças fiscais propostas na EC 132/23 e na Lei Complementar visam consolidar cinco tributos federais, estaduais e municipais atuais (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) nas seguintes categorias:

a) Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) – Sob a jurisdição do Governo Federal, esta consolida os seguintes tributos: PIS, COFINS e IPI.

b) Imposto Seletivo (IS) – Sob jurisdição do Governo Federal, este substitui o IPI e se aplica exclusivamente a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

c) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) – Sob a jurisdição dos Governos Estaduais e Municipais, este consolida os seguintes impostos: ICMS e ISS.

A Lei Complementar nº 227/2026 introduz medidas-chave para a implementação do novo arcabouço da tributação sobre o consumo, incluindo a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS); regras que regem a administração tributária e o processo administrativo tributário do IBS; diretrizes para a distribuição das receitas do IBS; integração operacional entre a CBS e a Receita Federal; regras de transição para a extinção gradual do ICMS e do ISS; e disposições aplicáveis a zonas especiais e regimes fiscais diferenciados.

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Atualizações de conteúdo são necessárias para manter sua Determinação atualizada com as regras e alíquotas mais recentes e garantir cálculos corretos de impostos. Para informações completas sobre como baixar e instalar atualizações, consulte a Ajuda Online para Determinação de Imposto Indireto da ONESOURCE.

Para mais assistência, utilize nossos recursos online ou entre em contato com o Suporte ao Cliente abrindo uma solicitação de suporte pelo Centro de Atendimento ao Cliente da ONESOURCE, ou ligue para +1 312 479 9651 Opção 3,9,3.

Com base nesse arcabouço, o Decreto nº 12.955/2026 operacionaliza a CBS, detalhando seu escopo de incidência, o sistema de crédito não cumulativo, a mecânica do pagamento dividido (split payment) e os novos requisitos de faturamento eletrônico e conformidade, enquanto elementos-chave da reforma permanecem pendentes, como a regulamentação operacional completa do IBS, as alíquotas finais, partes das regras de transição, aplicações setoriais específicas e o modelo final de integração entre as autoridades fiscais e as plataformas de pagamento. Complementarmente, a Resolução nº 06/2026, editada pelo Comitê Gestor do IBS (CGIBS), avança na implementação prática do IBS ao estabelecer regras operacionais comuns aplicáveis tanto à CBS quanto ao IBS.

No ONESOURCE Determination Enterprise Cloud, já enviamos alguns elementos conforme descrito abaixo:

- Autoridades da CBS/IBS/IS (impostos ZR/NT)
- Taxas Completas CBS/IBS
- Tarifas Reduzidas para CBS/IBS
- Novas Regras para apoiar a tributação dos produtos CBS/IBS
- Atualizações nos códigos CST aplicáveis para CBS/IBS (códigos padrão)
- Códigos NBS
- Códigos cClasstrib

Preparamos um documento de Perguntas Frequentes sobre a Reforma Tributária do Brasil no ONESOURCE Determinação de Impostos Indiretos, que pode ser consultado no seguinte link: Documentação de Conteúdo Fiscal do Brasil.

Preparamos um guia com instruções claras sobre como o ONESOURCE Determination Enterprise está abordando a Reforma Tributária do Brasil em 2026/2027, abrangendo os novos tributos CBS (federal) e IBS (estadual/municipal). O documento descreve as regras aplicáveis, as alíquotas/taxas, os detalhes dos novos métodos de cálculo e

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Atualizações de conteúdo são necessárias para manter sua Determinação atualizada com as regras e alíquotas mais recentes e garantir cálculos corretos de impostos. Para informações completas sobre como baixar e instalar atualizações, consulte a Ajuda Online para Determinação de Imposto Indireto da ONESOURCE.

Para mais assistência, utilize nossos recursos online ou entre em contato com o Suporte ao Cliente abrindo uma solicitação de suporte pelo Centro de Atendimento ao Cliente da ONESOURCE, ou ligue para +1 312 479 9651 Opção 3,9,3.

alguns exemplos e pode ser consultado no seguinte link: Documentação de Conteúdo Fiscal do Brasil.

Além disso, atualizamos as regras do PIS e da COFINS e estabelecemos a data de término em 31 de dezembro de 2026.

A autoridade Brasil IS (Imposto Seletivo) foi criada com as taxas padrão ZR e NL e com data de início de vigência em 1º de janeiro de 2027. A lógica de cálculo aplicável a essa autoridade está atualmente em desenvolvimento no motor de cálculo, com entrega prevista para o terceiro trimestre de 2026. As regras correspondentes a essa autoridade serão criadas em uma etapa futura, de acordo com as definições legais aplicáveis.

Para apoiar a preparação dos clientes para a Reforma Tributária Brasileira, estamos planejando aprimoramentos na lógica de determinação tributária e nas estruturas de autoridade relacionadas à incorporação da CBS, do IBS e do IS. Atualizações adicionais devem ser disponibilizadas antes da fase de implementação de 2027.

Continuaremos a monitorar futuras legislações e a fornecer atualizações conforme novas orientações forem emitidas.

Novos critérios foram adicionados às regras genéricas para as autoridades IBS-Municipal do Brasil: ART143ZERO para tratamento de taxa zero durante a transição de 2026, ISENTO para isenção e NL para suspensão.

**Reforma Tributária do Brasil – Máscara de Registro**

No modelo atual da NF-e, a identificação do contribuinte depende das validações cadastrais do CNPJ, em nível nacional, e da IE, em nível estadual, e os documentos

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Atualizações de conteúdo são necessárias para manter sua Determinação atualizada com as regras e alíquotas mais recentes e garantir cálculos corretos de impostos. Para informações completas sobre como baixar e instalar atualizações, consulte a Ajuda Online para Determinação de Imposto Indireto da ONESOURCE.

Para mais assistência, utilize nossos recursos online ou entre em contato com o Suporte ao Cliente abrindo uma solicitação de suporte pelo Centro de Atendimento ao Cliente da ONESOURCE, ou ligue para +1 312 479 9651 Opção 3,9,3.

podem ser rejeitados quando a Inscrição Estadual estiver ausente, for inválida ou não estiver em situação regular.

No contexto da reforma tributária brasileira, a Lei Complementar nº 214/2025 introduz uma estrutura nacional obrigatória de identificação para o IBS e a CBS. A partir de 1º de janeiro de 2027, as validações federais da CBS continuarão operando como funcionam hoje. Para a determinação do IBS, entretanto, as transações submetidas ao ONESOURCE Determination Cloud sem a Inscrição Estadual do destinatário, quando aplicável, não acionarão as chamadas da autoridade IBS e, portanto, não resultarão em cálculo do IBS. Esse comportamento reflete os requisitos de identificação do contribuinte estabelecidos pela legislação da reforma tributária disponível até o momento e representa o comportamento esperado do produto.

Para apoiar uma transição tranquila para o novo modelo tributário e ajudar a evitar interrupções não intencionais na determinação do IBS, os clientes são incentivados a revisar proativamente seus dados mestres e integrações de sistemas, a fim de garantir que a Inscrição Estadual do destinatário seja fornecida sempre que necessário.

# Canadá

### Imposto Especial de Consumo Federal

Estamos monitorando o processo legislativo relacionado à proposta de prorrogação do alívio temporário do imposto especial de consumo federal. As mudanças propostas prorrogariam o alívio atual até 31 de janeiro de 2027. As alíquotas do imposto especial seriam então aplicadas a 50% das alíquotas padrão de 1º de fevereiro a 31 de março de 2027, com as alíquotas padrão sendo integralmente retomadas a partir de 1º de abril de 2027.

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Atualmente, o alívio temporário do imposto especial pode ser acionado usando o qualificador de uso final "TEMP_EXC_RELIEF". Implementaremos as mudanças assim que a legislação relevante for promulgada.

## Dinamarca

Estamos monitorando o processo legislativo para a proposta de abolição do IVA sobre os livros. Com base nos desenvolvimentos recentes, espera-se que a medida entre em vigor a partir de 2027, e não na data originalmente prevista de 1º de julho de 2026. Implementaremos as mudanças assim que a legislação relevante for promulgada.

## Internacional: Números de Ordem de Regras para Regras Gerais

Na próxima atualização de conteúdo, atualizaremos os Números de Ordem de Regra de determinadas regras de tributação existentes que se aplicam a todas as mercadorias (regras abrangentes) em várias autoridades internacionais. O objetivo desse ajuste é padronizar a estrutura de conteúdo e apoiar a expansão futura no âmbito do Grupo Global de Produtos (GPG).

Anteriormente, os Números de Ordem de Regras não ultrapassavam 10.000. **As regras afetadas receberão Números de Ordem de Regras 30.000 maiores que seus valores atuais.** Por exemplo, um Número de Ordem de Regra de 9.980 será alterado para 39.980. Como resultado, os Números de Ordem de Regras para essas regras podem chegar a 40.000.

Clientes com configurações personalizadas que interajam ou dependam das regras abrangentes afetadas ou de seus Números de Ordem de Regra devem revisar suas configurações e os resultados esperados do cálculo de impostos antes de aplicar a atualização.

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Atualizações de conteúdo são necessárias para manter sua Determinação atualizada com as regras e alíquotas mais recentes e garantir cálculos corretos de impostos. Para informações completas sobre como baixar e instalar atualizações, consulte a Ajuda Online para Determinação de Imposto Indireto da ONESOURCE.

Para mais assistência, utilize nossos recursos online ou entre em contato com o Suporte ao Cliente abrindo uma solicitação de suporte pelo Centro de Atendimento ao Cliente da ONESOURCE, ou ligue para +1 312 479 9651 Opção 3,9,3.

## Libéria

Estamos monitorando a transição anunciada do Imposto sobre Bens e Serviços (GST) para o IVA, prevista para entrar em vigor em 1º de janeiro de 2027, com uma alíquota padrão de IVA de 15%.
Como o texto completo da legislação principal do IVA não está atualmente disponível publicamente, o escopo da implementação e as atualizações de conteúdo correspondentes continuam sujeitos a análises legislativas adicionais. Forneceremos mais detalhes assim que a legislação relevante estiver disponível.

## Lituânia

Estamos monitorando as propostas de emendas à Lei do IVA que restauram a alíquota reduzida de 9% sobre o calor fornecido a imóveis residenciais, com efeito em 1º de janeiro de 2027. Implementaremos as mudanças assim que a legislação relevante for oficialmente promulgada.

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Atualizações de conteúdo são necessárias para manter sua Determinação atualizada com as regras e alíquotas mais recentes e garantir cálculos corretos de impostos. Para informações completas sobre como baixar e instalar atualizações, consulte a Ajuda Online para Determinação de Imposto Indireto da ONESOURCE.

Para mais assistência, utilize nossos recursos online ou entre em contato com o Suporte ao Cliente abrindo uma solicitação de suporte pelo Centro de Atendimento ao Cliente da ONESOURCE, ou ligue para +1 312 479 9651 Opção 3,9,3.

# APLICANDO A ATUALIZAÇÃO DE CONTEÚDO

O processo de atualização tem duas etapas:

- Baixando a Atualização
- Instalando a Atualização

## Baixando a Atualização

Acesse o Centro de Atendimento ao Cliente de Impostos Indiretos (https://customercenter.sabrix.com/sabrixcc/) para baixar atualizações mensais de conteúdo e siga estes passos:

  - Acesse o Centro de Atendimento ao Cliente da ONESOURCE usando o nome de usuário e a senha atribuídos a você pelo Suporte ao Cliente.
  - Selecione a plataforma onde você vai instalar esses dados fiscais. Esta é a versão do ONESOURCE Indirect Tax Determination que você está usando.
  - Selecione a Versão Atualmente Instalada do seu conteúdo Dados Fiscais Sabrix INTL com base na sua versão atual do Determination:

- As versões do Determination 5.7.0.3 e anteriores exigem (2026.11.1.G/G).
- As versões do Determination 5.8.0.0 e posteriores exigem (2026.11.1.G/G.2).

  - Selecione **Baixar** e salve o arquivo (2026.11.2.G/G) ou (2026.11.2.G/G.2) em um diretório do sistema que hospeda o ONESOURCE Indirect Tax Determination ou em uma pasta de rede que possa ser acessada por esse sistema.

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Atualizações de conteúdo são necessárias para manter sua Determinação atualizada com as regras e alíquotas mais recentes e garantir cálculos corretos de impostos. Para informações completas sobre como baixar e instalar atualizações, consulte a Ajuda Online para Determinação de Imposto Indireto da ONESOURCE.

Para mais assistência, utilize nossos recursos online ou entre em contato com o Suporte ao Cliente abrindo uma solicitação de suporte pelo Centro de Atendimento ao Cliente da ONESOURCE, ou ligue para +1 312 479 9651 Opção 3,9,3.

# Instalando a Atualização

Para instalar a atualização de conteúdo:

1. Acesse o Determination.
2. Navegue até **o menu > sistema > importar/exportar**.
3. Selecione **Importar**, depois **selecione Navegar** para localizar seu arquivo.
4. Selecione o arquivo de conteúdo que você acabou de baixar e depois selecione **Abrir**.
5. Selecione Importar quando a janela aparecer e, em seguida, selecione Próximo até que a **importação** comece.

© 2026 Thomson Reuters. Todos os direitos reservados.

Atualizações de conteúdo são necessárias para manter sua Determinação atualizada com as regras e alíquotas mais recentes e garantir cálculos corretos de impostos. Para informações completas sobre como baixar e instalar atualizações, consulte a Ajuda Online para Determinação de Imposto Indireto da ONESOURCE.

Para mais assistência, utilize nossos recursos online ou entre em contato com o Suporte ao Cliente abrindo uma solicitação de suporte pelo Centro de Atendimento ao Cliente da ONESOURCE, ou ligue para +1 312 479 9651 Opção 3,9,3.